

A ECONOMIA SOLIDÁRIA, OS INVESTIGADORES SOCIAIS E A CRISE

Economia Solidária é uma designação recente e ainda pouco usada em Portugal. Numa aceção muito genérica ela engloba uma diversidade de atividades económicas, formas de produzir, trocar e consumir, baseadas em relações de cooperação e em princípios de gestão democrática, distinguindo-se assim da economia de mercado que predomina largamente nas sociedades contemporâneas, baseada em relações de competição e em princípios de valorização do capital.

Muitas dessas formas têm raízes fortes no passado, como é, a título de exemplo, o caso do trabalho comunitário ou da ajuda camponesa, das iniciativas populares solidárias, do mutualismo rural ou operário, das cooperativas nas suas diferentes modalidades ou da produção autogestionária. Outras são mais recentes e surgem, mais ou menos espontaneamente, de situações críticas para a existência das camadas mais vulneráveis da população em que é necessário encontrar as respostas que o mercado não dá juntando esforços e trabalhando em conjunto como no caso dos clubes de troca, das moedas sociais ou do comércio justo, entre uma infinidade de empreendimentos possíveis. Outras, enfim, são soluções alternativas à economia capitalista pensadas e inventadas no seio de organizações e movimentos sociais contra-hegemónicos, inspiradas num pensamento crítico do modelo económico dominante e na avaliação positiva das inúmeras iniciativas que visam democratizar a economia e desenvolver alternativas socioeconómicas mais justas, mais democráticas e mais sustentáveis, através do trabalho cooperativo e solidário.

A solidariedade que dá corpo a estas iniciativas é uma solidariedade entre iguais, entre pessoas e grupos que partilham os mesmos problemas e aspirações e não se confunde, portanto, com a solidariedade, de base religiosa ou laica, fundada nos valores da caridade, do altruísmo ou da filantropia. A ética empresarial, a responsabilidade social das empresas, o empreendedorismo social e o voluntariado social são as expressões mais comuns deste outro tipo de solidariedade, assimétrica e paternalista. Coexistindo muitas vezes e tendo ambas um papel relevante a desempenhar, a sua génese, filosofia e trajetória são bem distintas e em certa medida concorrentes.

Existe também uma diferença, neste caso menos clara, entre a Economia Solidária e aquilo que se tem designado de Economia social, ou seja organizações destinadas a prestar serviços aos seus membros ou à comunidade, com autonomia de gestão e controlo democrático, em que o lucro é um objetivo secundário. Tendo uma origem comum, a Economia social – que surge da luta da classe trabalhadora, no século XIX – foi-se institucionalizando, ou seja assumindo um papel reconhecido e apoiado pelo Estado, à medida que este foi assumindo crescentes funções providenciais. Da Economia Social fazem parte, hoje, as cooperativas, as mutualidades e as associações, embora parte da dimensão política destas iniciativas se tenha perdido. As iniciativas mais espontâneas, inovadoras e democráticas, mais difíceis de enquadrar institucionalmente, foram ficando de fora e a Economia Solidária tornou-se assim a designação comum destas formas emergentes ou das formas tradicionais não enquadráveis.

Não sendo um fenómeno recente, a Economia Solidária é hoje uma realidade fulgurante em todo o mundo vivida por milhões de pessoas e tornada objeto de estudo nos currículos académicos e matéria de extensão universitária. O seu crescimento exponencial em muitos países mostra a inventividade da sociedade civil para promover mecanismos de justiça económica quando os instrumentos políticos e económicos formais não o fazem. Embora com características muito próprias nos países em que se estabelecem, os empreendimentos solidários têm pontos comuns que os distinguem de outras iniciativas e lhes conferem uma importante dimensão política: a autogestão, a criação de rendimento e trabalho, a repartição equitativa dos resultados e a perspetiva não-capitalista.

O interesse cada vez maior pela Economia Solidária, bem como sua expansão no contexto de uma globalização contra-hegemónica nas mais diversas partes do globo, ampliam uma série de interrogações, seja quanto ao lugar do Estado no fomento destas iniciativas, seja quanto às relações entre elas e mercado, ou ainda quanto aos desafios da organização da produção e do consumo segundo princípios não-capitalistas. O grande arsenal de questões que a originalidade dessas iniciativas suscita explica o aparecimento, no âmbito das Ciências Sociais e, particularmente em contexto universitário, de investigações, grupos de estudo, colóquios, projetos de

extensão e outras atividades académicas sobre o tema, muitas vezes envolvendo os próprios ativistas e movimentos sociais.

Neste sentido, foi criado no Centro de Estudos Sociais em 2008, por iniciativa de estudantes de pós-graduação e investigadores, um Grupo de Estudos de Economia Solidária - o ECOSOL/CES - para debater questões relativas aos múltiplos aspectos e temáticas do campo da Economia Solidária, procurando enriquecer e renovar a teoria que sobre ela se produz. Parte integrante do Núcleo de Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades (POSTRADE), o ECOSOL/CES interessa-se pelos aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos da Economia Solidária enquanto objeto de investigação. Na sua abordagem do tema, não só procura dialogar com saberes que conformam e fortalecem a Economia Solidária enquanto campo epistemológico, como também analisa a margem de autonomia das formas económicas não-capitalistas que caracterizam os empreendimentos solidários. Debruça-se, ainda, sobre as alternativas metodológicas que permitem a compreensão do fenómeno da Economia Solidária em diferentes escalas e contextos políticos. Temática constante nos debates do ECOSOL/CES, a questão metodológica tem mobilizado o grupo, que pretende iniciar dentro em breve um mapeamento nacional da Economia Solidária, em parceria com outros centros de investigação portugueses.

Convém reconhecer que, para além do interesse académico que a Economia Solidária possa suscitar, o seu maior contributo parece ser o de comprovar a possibilidade de modos concretos e alternativos de produção, comercialização, crédito e consumo. Da mesma maneira, ela permite interpelar o próprio conceito de trabalho, transformado em mero fator de produção na sociedade contemporânea e incapaz, no paradigma atual, de responder à crise que se agudiza. Neste sentido, o trabalho associado como opção para a reprodução material da vida não só recupera a concepção de trabalho como direito (em lugar de mero bem de mercado), como ainda confronta, de forma criativa, os despedimentos e falências cada vez mais comuns, derivados de uma opção continuada pela valorização do capital.

Sem dúvida que outros modos de pensar a economia se mostram necessários e urgentes à medida que a crise se instala e as instituições económicas (incluindo o dinheiro como instituição monetária) perdem a confiança dos cidadãos. É neste contexto que uma infinidade de alternativas recuperam e reforçam o sentido do

coletivo que a sociedade foi perdendo, conferindo-lhe força política e valorizando recursos que a racionalidade dominante fez por estancar. Dos circuitos de troca com moedas sociais ao trabalho associado, as iniciativas solidárias despertam hoje o interesse tanto das universidades quanto das forças políticas que acreditam que uma outra economia seja possível.

Pedro Hespanha, Prof. da Faculdade de Economia e coordenador do Grupo ECOSOL/CES

Luciane Lucas dos Santos, investigadora de pós-doutoramento e membro do Grupo ECOSOL/CES